



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
Pró -REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

GENILSON MORAIS SOARES DA SILVA

**OS DESAFIOS ADMINISTRATIVOS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE MULUNGU/PB.**

Campina Grande
2022

GENILSON MORAIS SOARES DA SILVA

**OS DESAFIOS ADMINISTRATIVOS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO
DE MULUNGU/PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação /Departamento
do Curso Geografia da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Graduado em Geografia.

Orientador: Prof. Me. Igor Martins

**Campina Grande
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Genilson Morais Soares da.

Os desafios administrativos da segurança pública no município de Mulungú /Pb. [manuscrito] / Genilson Morais Soares da Silva. - 2022.

29 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2022.

"Orientação : Prof. Me. Igor Martins , Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."

1. Segurança pública. 2. Polícia. 3. Segurança pública. 4. Segurança cidadã. 5. Gestão pública. I. Título

21. ed. CDD 363.1

GENILSON MORAIS SOARES DA SILVA

**OS DESAFIOS ADMINISTRATIVOS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE MULUNGU**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Especialização em Administração Pública. Linha de Formação Específica (LFE)III- Gestão Municipal.

Aprovada em: 15/12/2022. BANCA EXAMINADORA

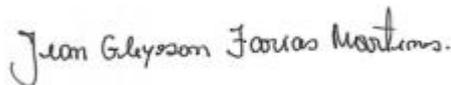
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Igor Martins (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Raul Renner Martins de Sá
Membro Titular Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Jean Gleyson Farias Martins
Membro Titular (ESTÁCIO)

“Dedico este trabalho ao saudoso Genilson Filho”.

Mas Deus escolheu as coisas loucas deste mundo para confundir as sábias; e Deus escolheu as coisas fracas deste mundo para confundir as fortes. E Deus escolheu as coisas vis deste mundo, e as desprezíveis, e as que não são para aniquilar as que são; para que nenhuma carne se glorie perante ele.

1Coríntios 1:27-29

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua Misericórdia na minha vida, por ter me sustentado nos momentos mais difíceis que passei nesse processo.

A minha esposa Rita de Kácia, por todo apoio dado a mim durante essa jornada, por ser a pessoa que mais me apoia e acredita na minha capacidade.

Aos meus filhos Iann Rudson, Adriann e ao meu Neto Nicolas que de forma carinhosa foram o meu alicerce e o meu conforto nos momentos de contrariedade.

Como também a minha sogra Dona Luzia Marcelino, que a todo tempo apresenta um comportamento de mãe e incentivadora direta e indiretamente.

Ao meu orientador Professor Mestre Igor Martins, por me dá a alegria e a satisfação de está ao meu lado nessa trajetória e dedicar grande parte do seu tempo para me ajudar na elaboração deste trabalho, com suas experiências e contribuições.

A todos os professores do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal UEPB, que contribuíram ao longo de toda essa caminhada, com aulas muito proveitosas que ajudaram para a realização deste trabalho.

A todos os meus colegas das turmas que passei durante todos esses anos, fizeram parte da minha vida e ficarão guardados na minha memória pelas brincadeiras, risadas e muito conhecimento que compartilhamos juntos durante toda essa jornada.

RESUMO

O município de Mulungu cresceu muito sua população e junto veio seu comércio, daí a necessidade de um efetivo maior de policiais para garantir a segurança pública. A criminalidade também está mais frequente, sobretudo nas últimas duas décadas os resultados de vários fatores dos quais podemos destacar: a desigualdade social e a falta de políticas públicas governamentais desse país. A periferia é o lugar que apresenta um maior índice de violência e de criminalidade que o centro urbano. Então, uma atuação mais contundente nessas áreas diminuiria sensivelmente esse número crescente. A educação e o emprego são apontados pela população como fatores sociais que também colaboram com a segurança pública junto com a polícia, pois uma população que estuda e trabalha, tende-se afastar da criminalidade. A proteção do cidadão que almeja sair de casa e que seu patrimônio esteja seguro e que seja garantido pelo Estado através da força policial ao exercer o seu papel de cumprir as normas de segurança, que são exigidas nos tempos atuais. Com o aumento das drogas, crimes e da violência, o cidadão precisa que os governantes invistam na polícia, em armamentos, investigações e veículos com sistemas de computação para servir com sucesso na Segurança Pública.

Palavras chaves: Polícia, Segurança Pública, Cidadão

ABSTRACT

The city of Mulungu grew its population and its commerce came along with it, hence the need for a greater number of police officers to guarantee public safety. Crime is also more frequent, especially in the last two decades, as a result of several factors, among which we can highlight: social inequality and the lack of governmental public policies in that country. The periphery is a place that has a higher rate of violence and crime than the urban center, so a more forceful action in these areas would significantly reduce this growing number. Education and employment are pointed out by the population as social factors that also collaborate with public safety along with the police, as a population that studies and works tends to stay away from crime. The protection of the citizen who wants to leave the house and that his property is safe, and that it is guaranteed by the State and that the police force play its role in fulfilling the security needs that are required in the current times. With the increase in drugs, crimes and violence, citizens need governments to invest in police, weapons, investigations and vehicles with computer systems to successfully serve in Public Security.

Keywords: Police, Public Security, Citizen

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DA LITERATURA	10
2.1 A IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA PARA A SOCIEDADE	16
2.2 CONCEITO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA.....	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1998 afirma que o Estado deve garantir segurança pública a todos os cidadãos, mas a falta de comprometimento das políticas públicas praticadas pelos gestores públicos tem ocasionado o crescimento acentuado do crime organizado. É fato que a violência tem prejudicado a sociedade em todos os aspectos sociais, políticos e administrativos.

A sociedade reconhece que há uma crise na segurança pública devido ao aumento da violência no país, mediante a isso, é de suma importância medidas que possam rever o sistema administrativo que garanta a segurança pública para cumprir o que a Carta Magna afirma diante dos direitos dos cidadãos brasileiros.

É importante que haja uma reforma administrativa urgente nas políticas de segurança pública, visando o combate ao crime organizado com serviço de inteligência policial eficaz, equipando com armamentos os policiais e uma justiça social mais eficiente que busque realmente reduzir a criminalidade, promovendo os direitos constitucionais dos brasileiros.

Nesse sentido, ao fim deste estudo, pretendemos refletir sobre o seguinte problema da pesquisa: Qual a perspectiva da população a respeito do sentimento de Segurança Pública existente na cidade de Mulungu – PB?

O objetivo geral: Analisar qual a perspectiva da população a respeito do sentimento de Segurança Pública existente na cidade de Mulungu – PB.

Já os objetivos específicos são:

- ✓ Compreender alguns questionamentos realizados com a população de Mulungu sobre a segurança pública.
- ✓ Diagnosticar as dificuldades encontradas pela Polícia Militar para realizar seu trabalho na Segurança Pública a partir dos anseios da população de Mulungu.
- ✓ Identificar as limitações da população mediante a falta de Segurança Pública de Mulungu.
- ✓ Propor medidas adequadas que garanta à segurança pública a população em Mulungu.

O estudo se torna importantes ao analisar a segurança pública no Município de Mulungu, que cada vez mais exige das autoridades competentes ações contundentes para combater a criminalidade, que ao passar dos anos tem

aumentando muito a violência, sobretudo os homicídios, as drogas, os roubos e os furtos no cotidiano da população.

O grande desafio para o município de Mulungu é garantir a segurança pública e ter uma maior fiscalização preventiva em toda área municipal, com melhores condições de trabalho para os policiais, com viaturas bem equipadas e um quadro efetivo maior. Utilizar um serviço de inteligência para monitorar as ruas com câmeras vigilantes 24 horas e analisar as redes sociais que têm contribuído muito para ações antissociais.

A polícia patrulha com uma viatura em todas as ruas da cidade, inclusive faz também o trabalho na zona rural e no distrito Gravatá, que pertence a Mulungu. É bem verdade que o município tem uma extensão territorial muito grande e de difícil acesso para essas localidades, o que dificulta o trabalho dos policiais, porque são três policiais diariamente. Assim fica muito difícil uma segurança pública funcionar bem e proteger o cidadão e os seus patrimônios.

Outro ponto desafiador para o município é criar medidas sociais que verdadeiramente desenvolvam a população no campo educacional, na geração de empregos e na qualidade de vida. Afastar o jovem das drogas e dando oportunidades de trabalho a população com medidas preventivas para auxiliar no combate à violência, é de suma importância para garantir a segurança pública.

Daí a necessidade de um investimento bem maior do Estado na segurança pública em Mulungu e nos demais municípios paraibanos e assim garantir os direitos constitucionais de acordo com a Carta Magna.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Uma análise da administração pública referente a segurança deve ser norteada pela a Carta Magna, especificamente no Art. 144, conforme já dito anteriormente, a segurança é um dos direitos do cidadão e a sociedade não pode ficar alheia. Tendo, portanto, o direito de cobrar do Poder Público que tenhamos uma segurança pública que atinja os objetivos a que se propõe na Constituição Federal (BRASIL,1988).

Nesta perspectiva, o país apresentou várias leis que contribuíram para impedir a violência nas cidades e tendo amparo legal para se cumprir a segurança e

a ordem nos Estados, estabelecendo critérios legais para a polícia trabalhar na visão de defender a sociedade com profissionais qualificados.

Na introdução do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária (2007), existe uma preocupação dos preconizadores da proposta, viabilizando a reforma policial e tornando o serviço de segurança pública diferenciado e mais adequado ao novo modelo de sociedade. Restabelecendo a ideia que a pesquisa e a inovação científicas criam mecanismo mais eficiente para a segurança.

É chegada a hora de transformar os serviços de segurança de nosso país. Esse processo de transformação passa pela educação de predadores e sociedade através da sinergia entre o meio acadêmico-científico, a experiência prática dos operadores da segurança pública e a sociedade, na sua ampla diversidade. (CNPC, 2007, p.05).

A Lei Maria da Penha, que foi sancionada em 7 de agosto de 2006. Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º). Foi garantida segurança familiar, sobretudo da mulher¹.

Essas leis são visíveis a ideia social que é manter a segurança das pessoas através da polícia e da própria justiça. As realidades das cidades apontam como as leis devem integrar-se para atingir os meios sociais, visando os resultados de redução da violência.

Sabemos que produções sociológicas e humanistas em geral, já há mais de um século, vêm buscando novas diretrizes para o serviço policial, no entanto, somente nesta última década percebemos substancialmente que as polícias brasileiras têm parado para se aprimorar e rever seus conceitos de como trazer melhores resultados para a redução da violência. Apesar de prender cada vez mais, os resultados de redução da violência e criminalidade, em geral, não foram atingidos. Verifica-se então que vivemos um ciclo caro e vicioso do prende, solta, prende novamente. O Sistema Prisional Brasileiro apresenta-se ineficaz, superlotadas suas estruturas, concorrendo para mais violência dentro e fora das prisões. (CNPC, 2007, p.05).

A criminalidade tem crescido muito nas últimas décadas, os resultados de vários fatores entre os quais, estão a desigualdade social e a falta de políticas públicas governamentais desse país. São necessárias medidas de contenção deste avanço e de prevenção são importantes, pois os investimentos na educação e na

¹ Disponível em < <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>> Acesso em 14. out. 2022.

economia para diminuir a desigualdade social, bem como um trabalho específico de segurança pública ativo, melhores condições de trabalho e aparelhamentos adequados para a polícia.

Assim, percebe-se a necessidade de políticas públicas de segurança responsáveis, comprometidas e disponibilizadas pelo Estado na tentativa de garantir a cidadania e os direitos dos cidadãos, combatendo a violência, a corrupção e a criminalidade. O curso Nacional de Polícia Comunitária, (2007), diz:

Um governo comprometido com a justiça e o exercício da ética na política, determinado a aprofundar a democracia, incorporando os brasileiros mais pobres à cidadania plena, estendendo a todos os homens e mulheres de nosso país os direitos civis e os benefícios do Estado de Direito Democrático, terá de dedicar-se com prioridade ao combate à violência, em todas as suas formas. Da fome à tortura, do desemprego à corrupção, da desigualdade injusta à criminalidade. (CNPC,2007, p.09).

Baseado no art. 144 da Constituição Federal, que colaborou para criação dos guardas municipais, que ajudam os policiais na segurança do município. Isso aumenta a responsabilidade em conjunto do Estado e do município. Entretanto, a responsabilidade do município é apenas da segurança nas ruas.

“Esse fenômeno demonstra a constante preocupação das administrações municipais em atuar nos espaços criados pelas deficiências dos aparelhos estatais de segurança pública, o que se soma aos estímulos que foram produzidos pelo governo federal na forma de repasse de recursos” (JUNIOR; ALENCAR, 2016, p. 26).

A segurança é um trabalho coletivo entre os policiais que atuam diariamente no combate em situações diferentes contra o crime, a violência e o tráfico de drogas. Já os guardas municipais focam na vigilância das ruas, os patrimônios públicos e as residências privadas. É bem verdade que tem aumentado o trabalho de segurança dos patrimônios privados por equipes de segurança particular com vigias e câmeras que filmam o dia inteiro.

A violência está por toda parte neste país, assolando todas as classes sociais, sobretudo as mais vulneráveis, porque na medida em que as moradias dessas ruas ficam distantes do centro urbano, predomina a sensação de insegurança devido à ausência do efetivo policial, facilitando assim a predominância da violência e da impunidade. Entretanto, o cumprimento das leis e a defesa da cidadania necessitam estar presente em qualquer lugar. Não importa a localidade, pois a ação do Estado precisa garantir a proteção de todos os cidadãos.

Polícias eficientes para a democracia são aquelas que agem a serviço da cidadania e o fazem legalmente, no estrito cumprimento das leis, as quais, por sua vez, orientam-se, em princípio, como as polícias que as aplicam: visando à preservação dos direitos de todos. (CNPC, 2007, p.10).

Um país que tem uma dimensão continental cheia de lugares e culturas diferentes, para o Estado fazer o papel dele mediante segurança pública, é realmente complexo. Porém, a proteção aos direitos individuais de cada cidadão precisa ser realizada, cabendo ao Estado articular mecanismos junto à própria população para amenizar a falta de segurança pública.

Neste contexto, a consciência cidadã deve ser orientada para que os direitos adquiridos sejam positivados e efetivados, pois “somente assim o caos da segurança pública será substituído por um sistema integrado e inteligente, com memória, história e capacidade de aprender com os próprios erros e de corrigir-se constantemente, (BRASIL, 1990, p. 19)”.

Os municípios devem dar tranquilidade aos seus habitantes, garantido a segurança de cada indivíduo, da família e de seus patrimônios. A responsabilidade dos municípios é cada vez maior, porque na medida que a população cresce, vivem novas experiências com problemas relacionados à segurança pública. Portanto, há necessidade de equipamentos militares, aumento no efetivo policial, tornando a polícia eficiente para que possa acompanhar as mudanças dos tempos atuais nos municípios.

Por sua vez, segurança para todos é aquela que decorre da ação do Estado e da sociedade visando à redução das fontes que geram a violência e o crime, e é também aquela que decorre das ações do Estado voltadas para tornar as polícias mais eficientes. (CNPC, 2007, p.10)

A segurança está inserida dentro da cidadania, que é um direito do cidadão. Então, assegurar os direitos do cidadão é de fato garantir sua estabilidade nos princípios democráticos e sociais. Os direitos humanos asseguram uma sociedade justa e tranquila, já que todos são iguais perante a lei. Portanto, os governantes constituídos no poder precisam fazer isso acontecer de verdade.

O exercício da cidadania deve ser multiplicado entre todos os habitantes deste país, como a democracia assegura o direito de ir e vir garantido em nossa Carta Magna (artigo 5º, XV) e tendo o mesmo toque de qualidade na Declaração dos Direitos Humanos da ONU, assinada em 1948. A Constituição também garante o direito a acessibilidade para todos que têm as necessidades especiais. É dever do

cidadão honrar os compromissos desta constituição nos princípios, nas regras e nas suas normais. DIAS (2004, p.1) vai, além disso:

Ser cidadão, exercer a cidadania, estágio avançado do ser humano capaz e responsável, em princípio obediente aos parâmetros da ordem natural das coisas: todas as coisas devem obedecer aos princípios, às regras, às normas, de sua ordem natural. Capaz de evoluir continuamente ao longo do tempo e espaço, com naturais limitações e desvios que representam os desafios à inteligência e à produtividade dos seres humanos.

A sociedade vive sendo submetida aos problemas sociais, logo a população precisa sempre fazer manobras, porque a insegurança limita os direitos constitucionais, como a liberdade e sua moradia. Essa falta de estrutura na segurança pública prejudica a confiança na polícia e limita a liberdade. No passado recente essas limitações da liberdade eram apenas nas maiores cidades e hoje se estendem por todas partes do país, inclusive nas áreas rurais.

Devido os roubos e as mortes nas áreas rurais muitos moradores dessas localidades abandonaram ou venderam suas propriedades agrícolas e migraram para as cidades, onde existe uma segurança melhor. Nessas áreas rurais não há praticamente segurança pública, já que são grandes extensões de terras e geograficamente fica inviável patrulhar todas. Mesmo assim, o efetivo é bastante restrito para a cidade e para o campo ainda mais.

Como afirma SILVEIRA (1998, p.13):

A função social, portanto, apesar de ser diversa da regra prevista para a propriedade fundiária, está presente e consiste na garantia ao desenvolvimento do núcleo familiar, sendo também colocada dentre os direitos fundamentais e não apenas no capítulo da ordem econômica.

Os autores Ribeiro e Iulianelli (Koinomia 2000, p.15) relatam que essa nova modalidade de violência existe nos meios rurais promovidas por esse crime organizado, gerando um modelo perverso de crime popular. Analisa-se que os moradores que estão a dezenas de quilômetros de um posto policial, ficam realmente sem seguranças continuamente todos os dias. Assim os cidadãos ficam sem o apoio necessário e seguem sem a segurança pública prevista na lei.

A Segurança Pública, prevista na lei, diz respeito aos agentes da lei, aos policiais, devidamente preparados e qualificados, integrantes do Poder de polícia, incumbidos de prevenir sempre, reprimir quando necessário, com ênfase nesta última obrigação no apoio aos cidadãos. A Segurança Pública complementa a Segurança Pessoal: a Segurança Pessoal se completa com a Segurança Pública! O cidadão em princípio previne, o policial reprime (DIAS, 2003, p.5).

O governo precisa saber administrar a falta de estrutura policial e rever as decisões tomadas no combate à insegurança, porque há muitas ações estruturais que já ficaram arcaicas. Usar a inteligência científica com sistema de computadores sofisticados, visando um monitoramento maior das áreas. Com uso da tecnologia, o cidadão vai se sentir mais seguro e isso já é implantado nos grandes países.

Não podemos ter cenas de crianças em nossas cidades andando com armas na mão ou vendas de drogas com pessoas em grandes filas e achar que isso é normal para os dias de hoje. Criança precisa estar na escola aprendendo a ser compromissada com seu futuro. E as drogas necessitam de um combate mais eficaz, justamente porque na medida que o tempo passa, há um aumento contínuo desse crime que desencadeia uma gama de outros crimes. “Os especialistas concordam que drogas e álcool frequentemente têm papel importante nas atividades violentas” OPAS (1994, p. 54).

A Constituição brasileira garante que o uso de drogas mediante a sociedade é definitivamente proibido, pois é crime, cabendo a segurança pública essa repressão. Baseado no Art. 144. Inciso II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

A sociedade deve ter medidas de contenção para ampliar sua segurança e uma administração pública e privada podem fazer a diferença. O governo precisa buscar soluções para garantir a ordem na sociedade, até conhecimentos fora do país e assim buscar inovações para o combate ao crime e novas soluções para garantir a segurança do cidadão.

Todo esse quadro caótico de violência no qual está inserida a sociedade brasileira nos leva a questionar se o problema da violência tem solução ou se o caos instalado é irreversível. Não existe a solução para o problema. (D'URSO, 2002, p.8).

A segurança pública deve ser mesmo interligada entre os Estados e os municípios, pois a troca de conhecimentos garante agilidades e potência nas atuações, bem como fortalece as investigações para operar com precisão no combate a criminalidade. O trabalho em conjunto acentua as ações preventivas, possibilitando um campo maior de desempenho e fornece atos mais eficazes no combate ao crime e a violência.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA PARA A SOCIEDADE

O trabalho da polícia é constitucional em todo Brasil e começa pelo Estado, que é o maior responsável pela preservação da ordem pública e na proteção dos habitantes e dos patrimônios. A bandeira brasileira tem escrito “Ordem e Progresso”, que fortalece o brilho da atuação da polícia.

Polícia é definida por Moraes (1992, p.24), como Organização destinada a prevenir e reprimir delitos, garantindo assim a ordem pública, a liberdade e a segurança individual. Assim ela apresenta suas funções e seu caráter coercitivo e faz uso da força dada pelo Estado para cumprir suas funções sociais na manutenção da ordem social.

Na atualidade a sociedade busca muito mais sucesso da administração pública, sobretudo nos pilares sociais ds saúde, habitação, educação e segurança. Então, se a violência aumenta, a população exige soluções contundentes, pois isso reflete aos governantes quando não está havendo uma ação que realmente garanta ao cidadão proteção efetiva. O cidadão não pode viver na submissão por falta de segurança e que a polícia faça valer o seu papel. Assegura Leal (1918. p. 80):

A necessidade de regular a coexistência dos homens na sociedade deu origem ao poder de polícia; o estado de consciência que se firmou no indivíduo de que lhe seria impossível viver bem sem submissão a esse poder fez nascer o dever de polícia.

Neste contexto, a polícia tem um efetivo de homens bem abaixo das necessidades da população. Há também a falta de equipamentos sofisticados para os dias atuais, já que o crime tem aumentado com seu arsenal de armas, que outrora eram apreendidos apenas revólveres e raramente pistolas, mas hoje são apreendidas armas bélicas como metralhadoras, granadas, fuzis, enfim o mundo do crime utiliza equipamentos de ampla potência. Daí a necessidade de uma luta administrativa que possa equipa nossa polícia para efetivamente atuar, significativamente superior ao bandidismo.

O governo precisa criar realmente condições para a polícia possa manter a ordem pública, protegendo o cidadão e sua liberdade, pois isso é inegociável administrativamente para um país democrático. Os princípios da cidadania são inquestionáveis e precisam ser executados por quem é de direito. Para MANNORI (2013, p. 131). A palavra polícia começa a figurar no léxico político para aludir

atuação estatal voltada à garantia da segurança, do bem-estar da comunidade e da harmonia social.

2.2 CONCEITO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

O conceito de Polícia Comunitária baseia-se na premissa de que tanto as instituições estatais quanto a população local, devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a defesa social. Então, o efetivo da polícia comunitária é aquele que está fixa no município, recebendo informações sobre os acontecimentos que ocorrem perante a população onde está próxima constantemente.

Certo é que a comunidade também espera uma aproximação da Polícia. A Polícia deve caminhar lado a lado com a comunidade, principalmente a Polícia Civil no desempenho de sua função investigativa que tem por chefe o Delegado de Polícia, que antes de mais nada é um bacharel em direito e, portanto, um conhecedor da lei e do bom senso².

A polícia necessita dessa parceria com os cidadãos, trabalhando de mãos dadas na ideia de prevenção e atuando para dificultar essas ações de inseguranças. Cabe ao policiamento o patrulhamento escolar, a vigilância das ruas, a ordem pública, enfim a segurança completa dos habitantes e seus bens. A segurança do cidadão é um direito a dignidade como afirma Bobbio (2004, p. 20), Direitos humanos são derivados da dignidade e do valor inerente à pessoa humana, tais direitos são universais, inalienáveis e igualitários.

As pessoas precisam ver a polícia nas ruas para garantir o direito de sair de sua casa em segurança. A patrulhar escolar desempenha um trabalho muito especial na vigilância do acesso à escola e afastar os indivíduos com interesses negativos como a venda de drogas.

Ainda neste contexto uma viatura policial inibe ação do crime e garante o cidadão ir trabalhar ou fazer outras atividades de seus interesses possibilitados pela presença da polícia. Com o efetivo policial nas ruas as pessoas sentem-se mais seguras e caminham sem ansiedades dos roubos ou de quaisquer outros crimes.

² Disponível em: < <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/536/Policia-Comunitaria-e-a-prevencao-e-investigacao-criminal> >. Acesso em: 11. out. 2022.

A polícia deve sim atuar verdadeiramente, pois não é apenas fixar em um lugar sem vigia corretamente, reprimindo dentro das leis seguramente. Sua presença só é eficaz se ela fizer seu papel de policiamento. A retenção do crime é uma prioridade com a presença da polícia. Apenas aparecer no local onde haja insegurança não faz parte do seu trabalho, põem em risco a população que necessita muito da polícia e isso pode tirar a credibilidade policial e aumentar a criminalidade.

Conforme Cardoso (2009, p. 45) “Os policiais acostumados com o serviço operacional em viaturas se sentem deslocados nos postos, pois não “preendem” mais ninguém. Alegam que se tornaram “simplesmente vigias de posto”, pois estão impossibilitados de realizar qualquer tipo de atendimento em suas proximidades.”

A polícia atuando nas escolas como forma preventiva de combate a violência e quando há um convite para um debate, a polícia ajuda nos esclarecimentos do trabalho policial com atitudes de prevenção. Isso desenvolve nas escolas o espírito de tranquilidade e segurança. Esta metodologia faz parte da ação comunitário da polícia e contribui diretamente para afastar as drogas e a violência.

As salas de aula são lugares que colaboram para formar a identidade do cidadão, o seu caráter passa pelos princípios familiar e escolar. A sensação de segurança fortalece a frequência dos estudantes nas escolas. Muitas crianças admiram o trabalho policial e inspiram-se nessa profissão para um dia serem policiais.

Pode-se revelar que não existe aumento de gastos com a Patrulha Escolar, pois já é trabalho de rotina da atuação policial e se constata que esta atuação é muito eficaz no combate das drogas nas escolas, pois com a presença do efetivo policial tem diminuído os casos de uso de drogas em todas as escolas.

A visão contemporânea social já diz que a polícia é de suma importância para a sociedade, porque não pode ficar nenhum momento sem seus trabalhos. A sociedade reconhece que a responsabilidade da polícia é o elo da ordem pública. Então, por que não priorizar as necessidades do efetivo? A administração pública precisa urgentemente apresentar soluções para uma boa atuação policial nas comunidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de analisar qual a perspectiva da população a respeito do sentimento de Segurança Pública existente na cidade de Mulungu-PB, assim, a presente pesquisa trata-se de um documento descritivo e de caráter quantitativo.

Forma realizados os questionamentos que produziram respostas fechadas. O quadro 1 a seguir mostrando a operacionalização das questões:

Quadro 1 - Operacionalização das questões de pesquisa

Questionamento	Operacionalização	Chaves de Resposta
1 - Como você avalia a atuação da Polícia Militar em nosso município?	Espera-se que os dados apresentados ajudem a revelar a se dar atuação da Polícia Militar no Mulungu.	<ul style="list-style-type: none"> ● Bom ● Regular ● Desempenho abaixo do esperado
2 - Qual é o maior motivo de insegurança pública no município?	Acredita-se que os roubos são os maiores responsáveis pela insegurança da população.	<ul style="list-style-type: none"> ● Tráfico de Drogas ● Homicídios ● Roubos
3 - Qual é área mais segura do município de Mulungu?	Entende-se que o Centro urbano de Mulungu é a maior área de segurança do município, pois é onde encontra-se a maior atuação da polícia.	<ul style="list-style-type: none"> ● Centro ● Periferia ● Zona Rural
4 - Quais os principais problemas da segurança pública de Mulungu?	Crê-se que os principais problemas de segurança publicam em Mulungu é violência, como os roubos, homicídios, feminicídios, o tráfico de drogas entre outros.	<ul style="list-style-type: none"> ● falta de armamentos para os policiais ● Efetivo policial ● Violência ● Recurso tecnológicos

Fonte: elaboração própria

Mostrado a preocupação com a violência que está aumentando a cada ano. Para Barbetta (1998, p. 07). A técnica de análise foi a estatística descritiva que trabalha com dados, os quais podem ser obtidos por meio de uma população ou amostra.

Adotou-se alguns critérios para a escolha dos participantes, tais como: pessoas das diversas áreas do município, os cidadãos acima de 18 anos de idade,

alcançar o centro do município e as periferias, bem como a zona rural e distrito de Gravatá, com pessoas comuns e que moram acima de 2 anos no município. Enquanto as categorias de análises foram: atuação da Polícia Militar no município de Mulungu, motivo de insegurança pública, área mais segura do município e os principais problemas da segurança pública.

Assim, concluímos que a preferência foi pelos jovens a partir de 18 anos de idade e pessoas que tenham nível médio de ensino, pois consideramos que estas pessoas tenham uma visão mais clara e possam ter um senso mais crítico.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como um dos objetivos deste artigo é fazer uma análise avaliativa do nível de satisfação da população do município de Mulungu em relação à Segurança Pública. Então, constatou-se isso através do questionamento, os quais comentaram que os dias atuais estão bastante diferentes das décadas passadas, porque a violência cresceu muito junto com o crime para um município do porte de Mulungu.

Averiguou-se que administração pública reconhece que a quantidade de policiais é muito pouca para a população Mulunguense, pois há apenas três policiais diários, porém isso não é exclusivo do município de Mulungu. É bem verdade que o número de policiais na Paraíba é limitado para atender a demanda dos casos no Estado.

Mesmo assim, a população exige ordem pública e sua segurança independente da falta de efetivo dos policiais. A sociedade tem cobrado cada vez mais fortes atitudes dos governantes para melhorar o número de policiais nas ruas e uma melhora nos armamentos desse efetivo, bem como mais viaturas. A sociedade necessita de participar da sua segurança e exigir essas atuações de segurança pública. Como assegura Vanderlan (2008, p. 39), quando se expõe sobre as noções de participação social da comunidade, enfatizando a importância do Conselho de Segurança como ator importante da participação social na Segurança Pública.

Analisando cada gráfico, mostra-se que a violência tem crescido tanto dentro da zona urbana como na zona rural. No gráfico fica evidente que os resultados mostram uma população com medo e a falta de insegurança é grande, baseados no questionamento.

Os gráficos revelam dados interessantes sobre a segurança pública e sua administração nos trabalhos de atuação dentro do perímetro urbano e da zona rural do município de Mulungu. Acredita-se que esses fatos são resultados das dificuldades que a polícia tem hoje para exercer seu papel na sociedade. Atualmente como foi comentando anteriormente tem apenas três policiais diários, sendo muito pouco para uma população atual.

Gráfico 1: Avaliação da atuação da polícia militar no município de Mulungu.



Fonte: Autoria própria

De acordo com o gráfico muitos responderam que está bom 25% e regular 25%, logo a maioria foi o desempenho abaixo do esperado que foi 50%, mostrando que a população está incomodada com o crime, a violência e as drogas. Este resultado também revela que a população deseja mais atuação policial.

Os habitantes do município têm comentando que as drogas, os homicídios e a insegurança aumentaram muito nos últimos anos e isso tem tirado o direito constitucional do cidadão de ir e vir. Os moradores relataram que estes problemas diante do questionamento realizado para entender melhor a segurança pública no município e seus desafios atuais.

A Constituição Brasileira assegura sobre todos os direitos dos cidadãos brasileiros, entre os quais, está o direito de segurança. Assim, o município de Mulungu necessita de estabelecer os principais direitos dos habitantes, especialmente o direito a segurança do cidadão.

Gráfico 2: Maior motivo de insegurança pública no município de Mulungu.



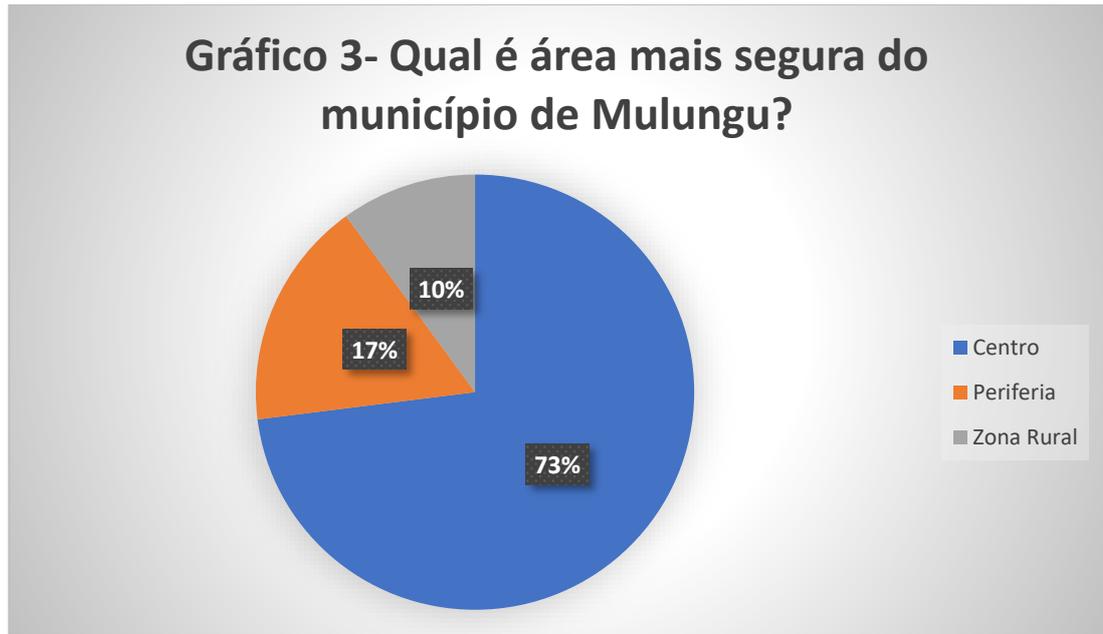
fonte: Autoria própria

O gráfico 02 expõe que a população se sente insegura por conta dos roubos que representa 40%. Já o tráfico de drogas e homicídios estão representados em 30%, pois a população indica que ambos trazem a insegurança para o município de Mulungu. Mas, pode-se concluir que os três foram os que mais apareceram nas respostas dos habitantes Mulunguense.

A ideia é mostra que a Segurança Pública de Mulungu ainda está vinculada a duas décadas atrás, quando o município quase não apresentava homicídios, roubos e drogas. Hoje é bem diferente, pois a zona urbana cresceu muito e com isso, também vieram os problemas que quase não havia, aumentaram em grande escala, sobretudo, aliados ao tráfico de drogas principalmente. Portanto, o trabalho desta obra é orientar que o efetivo de policiais está muito pouco e que precisa de medidas urgentes que possam garantir a Segurança Pública no município de Mulungu.

A estrutura da segurança pública de Mulungu precisa de um conjunto de medidas que visem estratégias administrativas, utilizando o número reduzido de policiais que o Estado oferece. Assim, é importante aumentar a quantidade de vigilantes municipais e colocar câmeras que possam monitorar melhor as ruas, garantindo a segurança do cidadão. É primordial ações que supram as necessidades de fiscalização ininterruptas que abranjam o controle da segurança pública em todo o município.

Gráfico 3: Maior motivo de insegurança pública no Município de Mulungu.



Fonte: Autoria própria

O gráfico 03 revela que a grande maioria dos habitantes 73% sentem seguros no centro do município de Mulungu. É bem verdade que a polícia está mais presente e há câmaras vigiando dia e noite inibindo ações de violências, roubos e outras contravenções da lei. A população acha que há muita insegurança na periferia e aponta apenas 17 % que acredita na segurança nessa área. Já a zona rural é hoje o lugar que proporciona apenas 10% de segurança pública.

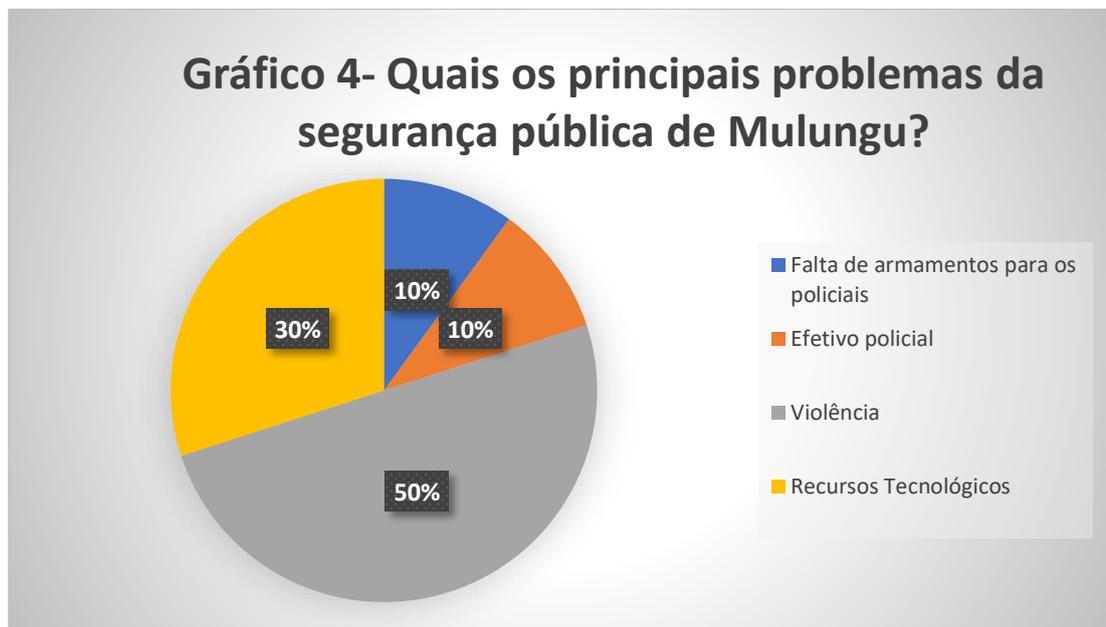
A zona rural atualmente tem diminuído muito os habitantes, daí a pouca vizinhança contribui para a insegurança desses moradores. Poucos residentes têm dificuldades de comunicação e eventuais necessidades de ajuda. A saída da população da zona rural para a zona urbana, o chamado de “Êxodo Rural”, onde muitos moradores apontam para a insegurança um dos principais fatores desse processo de emigração.

Observado os dados colhidos com questionamento, à população Mulunguense em sua grande maioria considera que a presença dos policiais na cidade causa-lhes uma sensação de segurança maior, pois a partir dessa presença de autoridades policiais quer nos dias de festa, quer através de rondas policiais constantes, proporciona uma melhor ordem e inibe as atitudes de violência na cidade, ao passo que o contrário disso, resultaria numa sensação de insegurança. Este fator “sensação” intimamente ligado ao fator “investimentos em segurança”, como nos demonstra os relatos policiais contribuem com esta visão da população,

pois a partir do momento que a polícia se sente mais capacitada e munida de material repressivo como os armamentos, viaturas etc.

Neste contexto, os moradores se sentem mais seguros e conseguem manter a presença constante através das rondas na cidade. Sentindo-se mais seguros, a população se sente mais predisposta a sair de suas casas e participar de festas populares, pois reconhece a presença do Estado através do efetivo policial.

Gráfico 4: Os principais problemas da segurança pública em Mulungu.



Fonte: Autoria própria

O gráfico 04 diz os principais problemas da segurança em Mulungu é violência, pois 50% dos questionadas afirmaram isso na pesquisa. A grande maioria dos habitantes tem receio do crime, principalmente hoje que tem aumentado muito no Município. Assim foi observado com base nos dados colhidos com os Mulunguense em sua grande maioria considera que a presença dos policiais na cidade causa-lhes uma sensação de segurança maior, pois a partir dessa presença de autoridades afasta a criminalidade.

Rondas policiais constantes contribuem para minimizar as ações criminosas e passa mais confiança nas ruas. É evidente que essas patrulhas proporcionam uma melhor ordem e inibe as atitudes de violência na cidade, ao passo que o contrário disso resultaria numa sensação de insegurança.

Neste contexto o sentimento de segurança, a população se sente mais predisposta a sair de suas casas e participar de eventos, comércio, dialogar, enfim

todas as atividades sociais que uma cidade proporciona ao cidadão. Do mesmo modo, reconhece a presença do Estado através da força policial é de suma importância para estabelecer o “clima de segurança”.

O Entendimento da Segurança Pública para o Brasil é uma responsabilidade e dever do Estado, pois isso necessita ser aplicado na prática e garantido os direitos do cidadão perante a Constituição Brasileira (1988): Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos.

O Município de Mulungu tem 11.876 habitantes (IBGE/2018), apresenta um índice preocupante de violência, sobretudo, os casos de drogas e homicídios. Muitos casos desses dois fatores têm aumentado dentro das comunidades, principalmente nessa última década. Alguns fatores contribuíram para isso acontecer, entre eles: a migração de malfeitores que vieram para o município e a falta de emprego também corrobora para esse crescente número da criminalidade.

A desigualdade social é um dos fatores que agravam quadros de violência. Os homicídios concentram-se em bairros pobres e atingem, em proporção muito maior, a população pobre. A situação é ainda mais preocupante quando se conjugam a desigualdade e o racismo. A estigmatização da figura do negro como potencial suspeito faz com que a possibilidade de um jovem negro morrer vítima de homicídio seja 23,5% maior que a de um jovem não negro. A cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, cerca de 70 são negras³.

Em alguns lugares a violência é maior, principalmente na periferia do município. Na parte leste, há o conjunto Achilles Leal, onde é uma população carente e tem uma quantia significativa de pontos de bebidas, que incentiva os moradores ao alcoolismo. Lugares que sempre apresentam problemas para a população e para a segurança pública. A área do conjunto é próximo à margem da Rodovia PB 063, que facilita o fluxo de entrada e saída de pessoas, possibilitando também o caminho de mercadorias diariamente de forma ilícita ou não.

³ Disponível em: < <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/violencia-urbana-no-brasil.htm>>. Acesso em: 11. out. 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração pública dos governantes precisa atuar de maneira contundente em relação a sociedade e a segurança pública. É o maior elo desse processo de segurança, ordem e vigilância é das polícias militar e civil, pois a obrigação do Estado é desenvolver este trabalho tão essencial para a sociedade.

Neste contexto, os policiais possuem a determinação de representar o Estado na missão de cumprir a segurança e ordem pública. Portanto, é imprescindível que se invista nas ações policiais. Os investimentos devem abranger os equipamentos sofisticados como tecnologia de ponta, armamentos bélicos e viaturas blindadas que possam colaborar para equipar a polícia de forma decisiva na atuação contra a criminalidade.

A policial necessita está inserida na sociedade para entender o processo de convivência e investigação e atuar em uma direção já trilhada no combate dos criminosos. A segurança pública não se limita apenas a vigilância ou patrulha. Assim, a atuação vigilante é decisiva na retenção do crime. A população necessita distinguir que o trabalho da polícia é a repressão da violência e o cidadão precisa confiar na atuação policial. Logo, a denúncia de atos criminosos facilita a vida dos policiais e da prisão dos infratores.

No perímetro urbano de Mulungu as áreas mais carentes têm um alto índice de desemprego, fome e o analfabetismo maior que no centro da cidade, resultado de uma política administrativa desequilibrada na visão de combate à desigualdade social. Acredita-se que a soma desses problemas sociais tem a violência como um fator de ligação entre eles.

O Município de Mulungu tem problemas com o aumento da criminalidade nas últimas décadas, como foi amplamente comentando nas linhas desta obra. O resultado é a falta de segurança pública dependendo da administração do Estado, que se limita nesta finalidade, que é a segurança do cidadão e de seus bens.

O sistema carcerário do município também necessita de investimentos financeiros para garantir que a sociedade exige diante da segurança. É importante a quantidade suficiente de agentes na prisão para trabalhar com efetivo adequado, pois cada policial deve trabalhar o necessário; entretanto, hoje o sistema carcerário está sobrecarregado, com pouco profissionais, levando os agentes a trabalharem

horas excedentes sempre. Não há um critério definido para o efetivo policial, é simplesmente aleatório, um erro do Estado. WILSON e WEISS (2012) afirmam que:

Analogamente, no Brasil, não se registram critérios plenamente definidos e aceitos por todos para a fixação de efetivo policial militar. Nos Estados os critérios são os mais variados, sendo o número de policiais militares determinado de forma aleatória, sem metodologia ou teoria que sustente a aplicação (p. 45, 2012).

Atribui-se a falta de segurança no município de Mulungu a pouca quantidade de policiais para a população atual. É indispensável rever as decisões administrativas do Estado para aumentar o efetivo de policiais no município. É de suma importância um trabalho de inteligência científica para prevenir os crimes e os roubos em todo município.

A sociedade de Mulungu deseja ações que realmente sejam eficazes e que proporcionem a segurança sem que haja abuso de poder pelos policiais. Hoje, a polícia do município se mostra dedicada e atua com muita cautela para não cometer erros. A população acredita muito na eficiência da polícia, no entanto reconhece que falta um número maior de policiais para atender melhor a segurança e este reconhecimento é importante para que a opinião pública leve as autoridades competentes do governo da Paraíba.

O papel administrativo da polícia é bem definido para garantir a segurança pública e proteger o cidadão e sua família. O trabalho policial é de fato o agente promotor da segurança pública, que está inserido nos direitos dos cidadãos, fazendo acontecer a vida em comunidade com pleno exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BARBETTA, P.A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:Senado,1988. Curso Nacional de Promotor de Polícia comunitária/ Grupo de Trabalho. Portaria SENASP n.º002/2007- Brasília – DF: Secretaria de Segurança Pública- SENASP, 2007.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O papel da Polícia no Regime Democrático**. Mageat, São Paulo,1996.
- DIAS, Erasmo. **Doutrina de Segurança e Risco: Segurança dos Cidadãos**. Ofício nº155. São Paulo: Departamento Técnico de Taquigrafia, 2003.
- D'URSO, Luiz Flávio Borges. **A segurança pública no Brasil**. Ed. nº 141. Rio de Janeiro: Revista Jurídica Consulex, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 2.ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 1991. Leal, Aurelino. Polícia e poder de polícia. 1918.
- MANNORI, Luca; SORDI, Bernardo. **História do administrador administrativo** Op. cit., 2013.
- MANZATO, Antônio José e SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. IBILCE – UNESP. São Paulo. (2012?). Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf> acessado em: 08. nov. 2022.
- MORAIS, Bismael B. **Polícia, Governo e Sociedade**. SP: Sonda, 1992.
- OPAS (Organização Panamericana de Saúde), **Salud y Violencia:Plan de Acción Regional**. Washington: OPAS. 1994.
- RIBEIRO . Ana Maria Motta , JULIANELLI , Jorge Atílio. **narcotráfico e Violência no Campo**. Rio de Janeiro : Koinomia DP & Editora . 2000.
- ROLIM, Vanderlan Hudson. **Da Institucionalização à Discussão Pública: O conselho comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na Segurança Pública**. Belo Horizonte, 2008.
- SAPORI, Flávio. **A Segurança pública no Brasil**. Artigo publica na Revista Em Debate, Belo Horizonte, V. 3, n.º01, janeiro, 2011.p. 11-15.

SILVEIRA , Domingos S. D. Xavier, **A propriedade agrária e suas funções sociais** . In Domingos Sálvio D. Xavier., Santana Flávio. O direito Agrário em debate. Porto Alegre 1998.

VERGARA, Sylvia Constat. **Projetos e relatórios de pesquisa e administração**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WILSON, Jeremy & WEISS, M. Alexander. **A performance-based approach to police staffing and allocation**. ISBN 978-1-932582-60-4. Michigan, Michigan State University, 2012. Disponível em: <<http://a-capp.msu.edu/sites/default/files/files/2.pdf>> 12 out.2022.